

Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 6 dias do mês de Dezembro de um mil, novecentos e noventa e seis, às 10 horas, no Centro Administrativo Dr. Luiz Antonio Amatuzzi de Pinho reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina - CAP-PR., presidido pelo Capitão de Mar-e-Guerra Alfredo Fonseca Barcellos, com a presença dos Conselheiros, José Anibal Petrágia, Carlos Antonio Tortato, Luiz Ivan de Vasconcellos, Luiz Fernando de Oliveira Mazzitelli, José Silvio Gori, Hélio Alves dos Santos, Wilson Tavares Barbosa, Antonio Jairo Matoso, Wilson Moraes da Silva, Maria do P.S. de Oliveira M. Da Cruz, Pedrinho Antonio Furlan, Julio Monteiro de Souza, José Roberto de Almeida Correa, Pedro Antonio Bueno de Camargo, José Carlos Gomes Carvalho e João Gilberto Cominese Freire.

Justificativa de Ausência: Carlos Roberto Frisoli, Luiz Philippe de O. Figueiredo, José Luiz Boabaid, Divaldo Correa, Edgard Wehmuth Ragonha. Participaram da Reunião como convidados: Ubiratã Maristany do Sindicato dos Estivadores e Geraldo Marfurte, da Petrobrás.

Abertura da Reunião: Após agradecer a presença dos Senhores Conselheiros o Sr. Presidente abriu a reunião submetendo à aprovação do Plenário a Ata da 38ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente deu posse aos Conselheiros Hélio Alves dos Santos (Titular) e Wilson Tavares Barbosa Suplente) nomeados para o Bloco da Classe dos Trabalhadores e Luiz Philippe de A.O. Figueiredo (Titular) e Luiz Fernando de Oliveira Mazzitelli (Suplente) para o Bloco dos Operadores Portuários pelas Portarias nº 470 de 31 de outubro de 1996 e 353 de 03 de setembro de 1996, respectivamente.

Operadores Portuários: Existem 60 Operadores Portuários Pré-Qualificados. Foi lida a Resolução nº 18/96-CAP de 13/09/96 que aprovou a criação da Comissão de Operações Portuárias na 38ª Reunião Ordinária do CAP.

Correspondência Expedida: Comunicação nº 027/96-CAP, encaminhando aos Conselheiros novo quadro com a composição das Comissões Permanentes e a substituição do Conselheiro Arivaldo Barbosa José, por Hélio Alves dos Santos naquelas Comissões em que o primeiro atuava. Ofício nº 22/96-CAP de 27/11/96 dirigido ao Sr. Superintendente da APPA transmitindo Carta do Conselheiro Julio Monteiro de Souza, do Bloco dos Usuários dos Serviços e Afins que sugere inclusão nas prioridades de implantação de melhorias no Sistema Portuário de Paranaguá na parte relativa ao trânsito e permanência de navios.

Correspondência Recebida: Foi lido o Ofício 909/96 da APPA de 14/11/96, transmitindo proposta da Marinha do Brasil para atendimento da Batimetria e Fiscalização da Dragagem nas áreas 1,2,3,4,5, e 6 do Porto de Paranaguá que são do interesse da APPA pela necessidade de ser mantido o seu padrão de profundidade. Os serviços foram orçados para efeito de Convênio, em cerca de R\$1.075.000,00, discriminado por área de trabalho: Área 1- R\$110.000,00; Área 2- R\$300.000,00; Área 3 - R\$150.000,00; Área 4- R\$110.000,00; Área 5- R\$300.000,00 e Área 6- R\$105.000,00. **Decisão:** Após explicações complementares do Sr. Superintendente a proposta da Diretoria de Hidrografia e Navegação foi aprovada por unanimidade dos Blocos e os recursos para atender os serviços serão à conta do fundo de Dragagem cujo saldo em outubro é de R\$4.294.910,75. A Prestação de Contas do referido fundo foi entregue pelo Conselheiro o Superintendente José Anibal Petrágia.

Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina

ORDEM DO DIA:

1. Situação da Área Portuária em seus diversos aspectos: O Sr. Presidente passou a palavra ao Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos que reportou-se a este item da pauta dizendo o seguinte: A APPA movimentou 752.000 toneladas em novembro de graneis sólidos e 295.000 toneladas de Carga Geral que acrescida aos demais somaram 1.331.000 toneladas. Até 30/11/96 a movimentação chegou a 17.255.153 toneladas, 10% a mais que o ano anterior. Movimentação de Navios: Em novembro 114 navios. No ano 1320, ou 2% mais que 1995 e o Tempo de Espera foi o seguinte: Carga Geral, preferenciada- imediata, Carga Geral comum 15 dias; Fertilizantes, 15 dias; Corredor (granel), 21 dias; Full Contêiner - 1 dia. Equipamentos: 11 guindastes operando, 4 em reparos e 3 outros que entram em operação em dezembro. O transtêiner está em operação normal e, o Portainer em virtude do vendaval em 16/11/96 sofreu acidente enquanto estava operando vindo a cair, posteriormente, no mar. A APPA, segundo o Superintendente tomou todas as providências que lhe cabia tomar resguardando, porém, vidas humanas. Como fato relevante o acidente afora o acidente com o Portainer, foi executada a manutenção prevista do Ship-Loader.

2. Apresentação, pelos Relatores das Comissões, dos trabalhos em andamento: O Sr. Presidente disse de sua satisfação pelo esforço desenvolvido pelas Comissões, destacando o trabalho de cada uma e que retira, do Conselho toda polêmica que antes de sua introdução era gerado. A APPA através do Ofício 736/96 de 20/09/96 dirigido ao CAF informou que vinha recebendo solicitações da parte dos Usuários para Extinção da Caução. O assunto foi encaminhado à Comissão do Regulamento de Exploração e do Regimento Interno, para verificação da adequabilidade de alteração do Regulamento de Exploração dos Portos e do Regimento Interno, e, essa providência resultou num Relatório que, por não ter sido consensual dentro da Comissão ensejou a que o Sr. Presidente pelo ofício 19/96 de 13/11/96 reincaminhasse o assunto à Comissão, que por sua vez recebeu do Superintendente informares complementares a propósito da Caução. Em razão disso, a Comissão elaborou uma Ata datada de 3 de dezembro de 1996 assinada pela unanimidade de seus membros com as seguintes conclusões:

- a. Não deve ser retirada do Regulamento esta Modalidade;
- b. A regulamentação da aplicação das modalidades de Cauções previstas no Regulamento ficará a critério da Administração dos Portos. Submetidos à decisão da Comissão ao Conselho este aprovou por unanimidade de seus membros.

Comissão Tarifária e Orçamentária: O Sr. Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro e Relator Milton João Machiavelli, para manifestar-se sobre dois assuntos: 1. Transposição dos Valores Tarifários para a Nova Estrutura Tarifária, bem como a complementação com tarifas necessárias e as Isenções de Armazenagens nas diversas condições existentes. 2. Proposta da Flutrans. O item 1, foi incluído pela Comissão independente de um encaminhamento formal por parte do Sr. Presidente e, o item 2, corresponde a assunto tratado na Reunião Ordinária do último dia 07, de novembro e que foi encaminhado à Comissão pelo Ofício nº 17/96-CAF do dia 18/11/96. A Comissão, de posse desses assuntos e, ainda o relativo as falta de pagamento de taxas devidas ao Fundo de Dragagem pela Petrobrás, **decidiu**, conforme manifestação verificada aos 2 de Dezembro de 1996 constante da Ata, lida pelo Conselheiro Machiavelli, pelo seguinte: a) Aprovar os valores constantes da Nova Estrutura Tarifária; b) Considerar vencido o assunto relativo à falta de pagamento pela Petrobrás uma vez que a empresa quitou os débitos reclamados pela APPA; c. **Sobre a Flutrans:** 1) A APPA deverá fazer o que for possível, no que lhe cabe; 2) Quanto ao assunto relativo às cobranças dobradas da TUP (Paranaguá-Antonina) Estiva (Paranaguá-Antonina), Conferentes etc., a

Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina

Comissão, a priori, concluiu que: 2.1) Os Contratos devem ser respeitados em sua totalidade. As alterações devem ser analisadas pela Administração Portuária. A questão envolvendo o Bloco dos Trabalhadores será devidamente analisada e marcada nova reunião, para definição dos aspectos. Discutidos os assuntos pelos Conselheiros, José Anibal Petráglio, Pedrinho Antonio Furlan, Maria do Socorro, Julio Monteiro, Jairo Matoso, Sílvio Gori, ao final das colocações dos Senhores Conselheiros, todo o texto da Ata da Comissão Tarifária e Orçamentária foi *aprovada* por unanimidade, tendo sido estabelecida também por unanimidade, a data de 09/12/96 para início da vigência da Nova Estrutura Tarifária, devidamente valorada (conforme anexo).

Comissão de Acompanhamento dos Processos Licitatórios para Exploração de Instalações Portuárias: Esta comissão reuniu-se em dois de Dezembro com o objetivo de analisar as licitações propostas pela APPA e chegou a seguinte conclusão, pela unanimidade de seus membros conforme Ata lavrada.

1) A APPA está impedida de tratar de qualquer assunto referente aos Editais de Licitações antes que sejam devidamente publicados, evitando assim a quebra de sigilo;

2) A Comissão considera que a ação efetiva do CAP na questão está, nesse momento, centrada no PDZPO que deficie as regras macro da utilização da área portuária e que deverá ser aprovado neste CAP;

3) Em vista do exposto acima, a Comissão só voltará a reunir-se para análise e acompanhamento dos Processos Licitatórios, após publicação oficial dos mesmos.

Comissão de Operadores Portuários: Referindo-se as atos punitivos tomados pela APPA na condição de Pré-Autoridade Portuária, o Sr. Presidente passou a palavra ao Relator João Gilberto Cominese Freire que informou que sua Comissão reuniu-se no dia 18 de Novembro para analisar as sanções impostas pela Autoridade Portuária e concluiu:

1) A Comissão deverá acompanhar a questão judicial, envolvendo a Empresa que teve seus credenciamento de sua pré-qualificação;

2) A Comissão opina para que sejam aguardados os prazos recursais que envolvam penalizações dos Operadores Portuários;

3) A APPA poderá tomar providências no sentido de permitir o Direito de Defesa, com 5 dias úteis, antes da sentença final, para que a Comissão possa analisar todo contexto envolvido e após receber os recursos legais previstos;

4) A Comissão opina para que sejam tomadas medidas necessárias para que a Nova Estrutura Tarifária e sua valoração sejam aprovadas;

5) A Comissão opina para que os Conselheiros reestudem as Normas de Pré-Qualificação dos Operadores Portuários e todas as demais regulamentações pertinentes e já aprovadas;

6) A Comissão opina que as operações portuárias fiquem restritas aos Operadores Portuários Pré-qualificados (inclusive a APPA na Operação Portuária parcial) a fim de que possam ser responsabilizados por suas atuações e se impeça os não Pré-Qualificados que não tenham compromissos com nossos portos. Observação: - o texto deste item foi corrigido por sugestão do Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho de "... a fim de que sejam responsabilizados..." para ... " a fim de possam ser responsabilizados..."

7) A Comissão opina para que sejam desencadeadas as ações junto à receita Federal para passagem das responsabilidades legais para os Operadores Portuários Pré-Qualificados;

8) A Comissão opina para serem reestudados os aspectos envolvendo os Seguros das cargas e demais segmentos e setores envolvidos;

9) O SINDOP deverá ser oficiado para que opine também sobre as Normas e Regulamentações envolvendo os Operadores Portuários. O Conselho aprovou todos

Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina

os itens da Ata apresentada, ficando acertado que a entrada dos Operadores Portuários nessa condição fica marcado para o dia 09 de Dezembro de 1996.

Comissão de Acompanhamento do Desenvolvimento, Zoneamento e do Melhoramento da Infra-Estrutura do Porto. Dada a palavra a Conselheira e Relatora Maria do Socorro esta transferiu ao representante do Poder Público, José Anibal Petrágia que disse estar o CAP vivenciando um momento histórico na área portuária brasileira, que nenhum porto no Brasil fez ou está fazendo e conduzindo o processo de modernização nos níveis de Paranaguá. Destacou, em seguida, a participação dos Blocos e a forma como as discussões foram conduzidas. Referindo-se aos portuários e sobre a consciência de cada um sobre o processo de modernização desejado pelo Governo Jaime Lerner, leu Ata datada de 29 de Novembro em que esses portuários apoiam a realização das propostas modernizadoras. Ata que se encontra emoldurada num quadro dessa participação. Depois o Sr. Superintendente referiu-se aos objetivos táticos e estratégicos do PDZPO; disse concordar com as ressalvas pedidas pelo Bloco dos Trabalhadores e inscritas no relatório da Comissão e que não se houve consenso em todas as questões, pelo menos em 70% isso aconteceu. Agora vai caber ao Conselho analisar e manifestar-se. A palavra foi passada a Conselheira Maria do Socorro, Relatora da Comissão e esta, inicialmente, diante das dificuldades de reunir todos os membros da Comissão solicitou que o PDZPO não fosse aprovado na presente reunião. A sessão foi suspensa por 10 minutos e, na volta a Conselheira Maria do Socorro dizendo que a questão evoluiu e que não apenas a questão dos Operadores Portuários foi aprovada pela Comissão, mas todo o Plano, tendo o conselheiro Pedrinho Antonio Furlan, participado da reunião e assinado em lugar do Conselheiro José Luiz Boabaid, ausente. Em seguida a Conselheira Maria do Socorro solicitou que fosse encaminhado o documento ao Conselho de Administração da APPA para ser referendado. Depois foi feita a leitura do Relatório da Comissão em sua integralidade pela conselheira Maria do Socorro, (cujo texto está anexo a presente Ata), em nome da Comissão de Acompanhamento do Zoneamento, Desenvolvimento e do Melhoramento da Infra-Estrutura do Porto. Pela importância da reunião e do que nela aconteceu como a aprovação da Valoração da Nova Estrutura Tarifária, a entrada dos Operadores Portuários nessa condição e aprovação do PDZPO que entram em vigor a partir de 09 de Dezembro de 1996 e também a aprovação da Dragagem do Rio Itiberê para permitir o acesso do Navio Balizador à Capitania dos Portos. Aconteceram as seguintes manifestações: do Conselheiro Pedrinho Antonio Furlan destacando o momento histórico vivido pelo Conselho posto que ele é uma visão de futuro que deve ser respeitado. Parabenizou a relatora Maria do Socorro, no caso do PDZPO e em especial o Superintendente José Anibal Petrágia. Pelo Bloco dos Trabalhadores manifestou-se o Conselheiro o Conselheiro Jairo Matoso parabenizando a Conselheira Maria do Socorro que recebeu da Intersindical o encargo e dele saiu-se airoso. Depois destacou o trabalho do Superintendente e que o momento é histórico para o Porto e a cidade de Paranaguá. O Conselheiro Julio Monteiro, em nome das empresas de Fertilizantes também destacou o momento histórico vivido pelo CAP e anunciou que as incertezas dos empresários se diluem a partir da aprovação do Plano. Depois anunciou a instalação definitiva do Polo de Fertilizantes em Paranaguá, a partir de hoje. Agradeceu publicamente o empenho do Porto e do CAP por entenderem que era questão de sobrevivência do segmento a cessão de uma área como a contemplada no Plano. O Conselheiro Carlos Antonio Tortato dizendo fazer côro à manifestação cumprimentou o Superintendente José Anibal Petrágia pela aprovação do Plano, ressaltando a participação da Conselheira Maria do Socorro. Disse que o Governo do Estado saiu na frente. Na condição de prefeito parabenizou

Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina

a todos, em especial ao Governo do Estado e à APPA pelos benefícios que o Plano trará ao Porto. O Conselheiro e Superintendente José Anibal Petráglio dizendo que cumpriu sua obrigação, ressaltou a postura dos Operadores Portuários e dos empresários, que entenderam a posição do Governo do Paraná de lançar o Porto num outro estágio. O que vi, disse da parte do empresários foi um exemplo de fazer eco a essa decisão política. Referindo-se aos Trabalhadores reconheceu a importância de sua participação sempre efetiva, mesmo com todas as dificuldades surgidas no transcorrer do processo. Disse que o CAP, pelas pessoas que o compõem é digno de respeito. Depois agradeceu as manifestações e afirmou que o Plano não é perfeito, que ele comporta alguns ajustes, mas é um Plano enxuto e amplo. Uma necessidade do Porto. Destacou o momento histórico, reconheceu o trabalho de todos e que as conquistas representam um avanço que vai unir a todos numa mesma direção. Disse que a APPA já está na Internet, que o Porto está preparando um CD-Room em 4 línguas (inglês, francês, Espanhol e português) e irá levar ao conhecimento da mídia o que foi feito em Paranaguá. O Conselheiro José Silvio Gori considerou que o que aconteceu no CAP foi um passo importante para implantação da Lei 8630. No encerramento o Sr. Presidente do CAP, dizendo que as forças envolvidas trabalharam com muito afinco na realização de suas tarefas e, no seu entender o Porto de Paranaguá vai deslanchar assumindo, no Brasil, uma liderança que será muito difícil de ser igualada por outros portos. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a participação de todos os presentes e encerrando a reunião, tendo Eu Ivany Marés da Costa, lavrado a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Conselheiros.